Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

TEMPO, ESPAÇO E AFETO: DIRETRIZES NEUROARQUITETÔNICAS PARA UM CENTRO INTEGRADO PARA CRIANÇAS NEURODIVERGENTES E SEUS CUIDADORES

TIME, SPACE AND AFFECTION: NEUROARCHITECTURAL GUIDELINES FOR AN INTEGRATED CENTER FOR NEURODIVERGENT CHILDREN AND THEIR CAREGIVERS

Ana Karolina Bassetto de Aquino, Daniel dos Passos Proença

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Curso de Arquitetura e Urbanismo
E-mail para contato: karolbassettoarq@gmail.com

RESUMO – Este trabalho apresenta o pré-projeto do Centro Integrado "Tempo, Espaço e Afeto", voltado a crianças neurodivergentes de 6 a 12 anos e seus cuidadores, em Santos (SP). Diante da carência de equipamentos que integrem terapia, educação e acolhimento, adotou-se abordagem quali-quantitativa: revisão bibliográfica, dados do Censo 2022, três estudos de caso e análise legal e urbanística. Das diretrizes de projeto, baseadas no índice ASPECTSS, resultaram dois volumes semicirculares que abraçam um jardim sensorial e um anfiteatro escalonado multidisciplinar, com espaços de respiro para cuidadores. Conclui-se que, em nível projetual, as diretrizes podem apoiar ambientes mais inclusivos, desde que avaliadas após a ocupação.

Palavras-chave: Neuroarquitetura; Transtorno do Espectro Autista; Arquitetura inclusiva; Conforto sensorial; Cuidadores.

ABSTRACT – This paper presents the pre-design of the Integrated Center "Time, Space and Affection", for neurodivergent children aged 6 to 12 and their caregivers, in Santos (SP), Brazil. Given the lack of facilities combining therapy, education and care, a qualitative-quantitative approach was adopted: literature review, 2022 Census data, three case studies and legal and urban analysis. Design guidelines based on the ASPECTSS index resulted in two semicircular volumes that embrace a sensory garden and a stepped multidisciplinary amphitheater, with respite spaces for caregivers. At the design level, the guidelines may support more inclusive environments if evaluated after occupancy.

Keywords: Neuroarchitecture; Autism Spectrum Disorder; Inclusive architecture; Sensory comfort; Caregivers.

ISSN 2317-1316

1 INTRODUÇÃO

A forma como os espaços são pensados e organizados influencia diretamente a maneira como as pessoas se sentem e vivenciam os ambientes. Em equipamentos destinados a crianças neurodivergentes, a configuração dos espaços, os estímulos sensoriais e a clareza dos percursos podem favorecer ou dificultar a participação nas atividades cotidianas. Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam perfis sensoriais diversos, com hiper ou hipossensibilidade a estímulos como sons, luz, texturas e movimento (Baranek, 2002; Grandin e Panek, 2015; Robertson e Baron-Cohen, 2017); por isso, ambientes concebidos a partir de padrões únicos podem não responder às necessidades de todos.

Historicamente, as interpretações sobre o autismo passaram de explicações clínicas e sociais hoje reconhecidas como inadequadas, como a das "mães-geladeira" (Donvan e Zucker, 2017), e de um cuidado de modelo asilar (Goffman, 2001) para perspectivas que valorizam direitos, participação e diversidade neurológica (OMS, 2011; Singer, 1999). No Brasil, o Censo Demográfico 2022 identificou cerca de 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico (1,2% da população), com maior prevalência entre crianças de 5 a 9 anos (cerca de 2,6%) (IBGE, 2023). A demanda se concentra na infância, mas o atendimento costuma ser fragmentado, com deslocamentos exaustivos para as famílias (Minetto et al., 2012), e os cuidadores são frequentemente negligenciados nos programas de necessidades. No campo do projeto, essa mudança exige superar modelos espaciais padronizados e considerar as barreiras ambientais que limitam a autonomia.

A neuroarquitetura aproxima conhecimentos das neurociências, da psicologia ambiental e da arquitetura para investigar relações entre espaço, percepção, comportamento e bem-estar. Pallasmaa (2011) questiona a predominância da visão na experiência arquitetônica e propõe compreender o espaço de forma multissensorial, e Eberhard (2009) discute a interlocução entre cérebro e ambiente construído. Nessa perspectiva, a arquitetura vai além da organização física dos ambientes: influencia também a forma como as pessoas percebem, sentem e interagem com os espaços. No campo do autismo, Mostafa (2014) sistematiza o índice Autism ASPECTSS Design Index, composto por sete princípios: acústica, sequenciamento espacial, espaços de fuga, compartimentalização, espaços de transição, zoneamento sensorial e segurança.

Revisões de literatura reforçam a relevância dessas questões. Tola et al. (2021) identificam qualidade sensorial, inteligibilidade e previsibilidade como dimensões importantes

ISSN 2317-1316

no projeto de ambientes para pessoas autistas, e Zaniboni e Toftum (2023) observam que critérios convencionais de qualidade ambiental interna nem sempre contemplam necessidades sensoriais específicas. Esses estudos orientaram as decisões projetuais relativas à organização dos percursos, ao controle dos estímulos, aos espaços de acolhimento e à segurança, com o objetivo de oferecer mais conforto, autonomia e bem-estar às crianças e de favorecer sua autorregulação.

Pergunta-se, então: de que maneira diretrizes baseadas na neuroarquitetura podem orientar a organização espacial e o conforto ambiental de um centro integrado que acolha crianças neurodivergentes e seus cuidadores? Parte-se da hipótese de que uma arquitetura orientada pela ética do cuidado e por diretrizes sensíveis às particularidades sensoriais dessas crianças pode favorecer ambientes seguros, legíveis e previsíveis, que apoiem a regulação emocional e a participação, estendendo esse suporte às famílias. O presente estudo tem como objetivo sistematizar diretrizes projetuais e apresentá-las no pré-projeto do Centro Integrado "Tempo, Espaço e Afeto", em Santos (SP). Especificamente, busca-se realizar revisão bibliográfica multidisciplinar, analisar estudos de caso análogos, verificar a legislação e as condicionantes urbanísticas do terreno e relacionar as diretrizes às decisões do pré-projeto.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa de abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório e projetual, vinculada ao desenvolvimento do pré-projeto arquitetônico "Tempo, Espaço e Afeto" e organizada em quatro etapas. A primeira etapa foi uma revisão bibliográfica multidisciplinar sobre processamento sensorial, percepção multissensorial, neuroarquitetura, *Evidence-Based Design* (Ulrich, 1984; Crízel, 2020), design biofílico (Kellert et al., 2008), conforto ambiental e Desenho Universal (Mace, 1998). A dimensão quantitativa baseou-se nos dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023), usados para dimensionar a demanda.

A segunda etapa foi a análise de três estudos de caso, escolhidos para compor um repertório em diferentes escalas: o The Pears National Centre for Autism Education, em Londres (referência internacional); a Escola Maple Bear, em Marília (SP) (referência nacional); e a EMEI Cleide Rosa Auricchio, em São Caetano do Sul (SP) (referência regional). Cada caso foi examinado quanto a implantação, acesso, volumetria, setorização, programa de necessidades, cortes e sistema estrutural, a partir de documentação técnica e publicações especializadas. A EMEI foi, ainda, objeto de visita técnica em 22 de maio de 2026, conduzida

ISSN 2317-1316

pela coordenadora pedagógica da unidade, com observação *in loco* de acessibilidade, organização espacial, conforto ambiental, autorregulação e apoio à equipe.

A terceira etapa examinou o marco legal e normativo: Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), Lei Berenice Piana (Brasil, 2012), Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), ABNT NBR 9050 (ABNT, 2020), Código Sanitário Estadual (São Paulo, 1998), Regulamento de Segurança contra Incêndios (São Paulo, 2018) e a legislação municipal de Santos (Santos, 2019, 2022). A quarta etapa foi o diagnóstico do terreno, com levantamento de equipamentos, uso do solo, zoneamento, hierarquia viária, mobilidade, gabarito, insolação (carta solar elaborada no software Analysis SOL-AR 6.2) e ventos. As diretrizes obtidas foram, por fim, sintetizadas em programa de necessidades, matriz de adjacências, organograma, plano de massas, conceito e partido arquitetônico. O estudo não realizou experimento com usuários, avaliação pós-ocupação nem medição instrumental de desempenho dos ambientes; seus resultados correspondem, portanto, a uma síntese bibliográfica e projetual, e não a uma comprovação empírica de efeitos terapêuticos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diretrizes sensoriais. A revisão resultou em um conjunto de diretrizes organizado em torno dos sete princípios do Autism ASPECTSS Design Index: acústica, sequenciamento espacial, espaços de fuga, compartimentalização, espaços de transição, zoneamento sensorial e segurança (Mostafa, 2014). Esses princípios dialogam com as dimensões de qualidade sensorial, inteligibilidade e previsibilidade descritas por Tola et al. (2021). Na acústica, a referência adotada foi um tempo de reverberação entre aproximadamente 0,4 e 0,6 s, com forros e painéis fonoabsorventes e pisos resilientes (Crízel, 2020), valor que depende de verificação em projeto acústico. Na iluminação, priorizam-se luz natural difusa e controlada, com sombreamento contra o ofuscamento, e iluminação artificial indireta entre 2700 K e 4000 K, sem cintilação perceptível e com controle de intensidade (Eberhard, 2009; Crízel, 2020). No conforto térmico, buscam-se ventilação cruzada, sombreamento e climatização silenciosa (Lamberts et al., 2014). A paleta cromática privilegia tons suaves e neutros de baixo contraste, que ajudam a diferenciar setores e orientar percursos, e evita cores primárias muito saturadas, que podem ser hiperestimulantes para parte das crianças (Mahnke, 1996; Grandin, 2006). Como as preferências e as sensibilidades variam de uma criança para outra, o projeto prioriza uma composição visual equilibrada, sem excessos, que permita atender a diferentes necessidades. O

ISSN 2317-1316

paisagismo biofílico é tratado como extensão do edifício e como zona de descompressão (Kellert et al., 2008; Kaplan e Kaplan, 1989): a vegetação aproxima as crianças da natureza e torna os ambientes mais acolhedores, ao integrar áreas verdes aos espaços de convivência e às atividades cotidianas. A Tabela 1 relaciona cada princípio do ASPECTSS à decisão correspondente no Centro Integrado.

Tabela 1: Princípios do ASPECTSS e decisões correspondentes no pré-projeto

	Princípio (Mostafa, 2014)	Decisão no pré-projeto
1	Acústica	Setorização que separa áreas de maior ruído (circulação, atividades coletivas) de terapias e descanso; materiais fonoabsorventes e pisos resilientes.
2	Sequenciamento espacial	Percurso previsível de chegada e permanência, organizado em gradação sensorial de baixo a alto estímulo.
3	Espaços de fuga	Sala de descompressão na recepção e área de regulação sensorial na circulação do térreo; espaços de respiro para os cuidadores no pavimento superior.
4	Compartimentalização	Um ambiente para cada atividade, diferenciado por mobiliário, materiais, níveis ou iluminação.
5	Espaços de transição	Anfiteatro escalonado multidisciplinar e espaço de passagem entre os volumes, além de antessalas e alargamentos de circulação entre ambientes de estímulos distintos.
6	Zoneamento sensorial	Zonas de maior energia (refeitório, pátios, movimento livre) separadas de zonas de baixa energia (terapias e descanso dos cuidadores).
7	Segurança e previsibilidade	Ausência de quinas vivas, ferragens ocultas, rotas claras e linhas de visão desobstruídas, que permitem aos cuidadores acompanharem as crianças sem restringir sua autonomia.

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Autorregulação e acolhimento. No projeto, o acolhimento e a autorregulação são trabalhados por meio de espaços que oferecem diferentes possibilidades de pausa e interação. Na recepção, uma sala de descompressão acolhe as crianças que chegam agitadas ou que precisam de tranquilidade antes das atividades. No térreo, onde ficam as salas de terapias integradas e os ambientes pedagógicos, uma área de regulação sensorial foi posicionada na circulação, o que facilita o acesso das crianças. As salas têm aberturas para as áreas externas, que incluem um playground tranquilo, com brinquedos interativos, e um jardim sensorial que percorre o volume do edifício e oferece contato com a natureza e com diferentes texturas. O pavimento superior reúne coworking, biblioteca, cafeteria e cobertura-pátio, ambientes destinados aos cuidadores, o que amplia o acolhimento para além das crianças e considera também as necessidades de quem acompanha sua rotina. Essa organização facilita o uso dos espaços e oferece diferentes possibilidades de permanência, pausa e interação, em consonância

ISSN 2317-1316

com os princípios do Desenho Universal (Mace, 1998) e com as diretrizes espaciais discutidas por Mostafa (2014) e Tola et al. (2021).

Estudos de caso. O Pears National Centre trata o edifício como extensão da metodologia terapêutica: evita corredores longos, incorpora nichos de recalibração sensorial e filtra a luz com brises de madeira (Penoyre e Prasad, 2008). A Escola Maple Bear resolve um desnível de cerca de 4 m sem escadas no fluxo diário e volta os ambientes a um pátio verde central com anfiteatro e cobertura deslizante (Fagner Mendes Gava Arquitetos, 2018). A EMEI Cleide Rosa Auricchio articula cinco blocos térreos em torno de um pátio, sob uma cobertura circular em madeira laminada colada (De Paula et al., 2024). A Tabela 2 compara os três casos segundo sete critérios.

Tabela 2: Síntese comparativa dos referenciais projetuais

Critério analisado	The Pears National Centre	Maple Bear Marília	EMEI Cleide Rosa Auricchio
Materialidade e sensorialidade	Acabamentos robustos, porém, não institucionais; paleta de cores suaves e materiais com alto desempenho acústico.	Uso predominante de cores neutras e madeira; espaços flexíveis que permitem diferentes usos.	Uso de madeira laminada colada (MLC) e painéis OSB; estímulo tátil e olfativo orgânico.
Iluminação e ventilação	Iluminação natural controlada para evitar ofuscamento e sombras; sistemas de ventilação silenciosos.	Amplas esquadrias e caixilhos que garantem abundante iluminação natural e ventilação cruzada para o conforto térmico.	Domus central, janelas baixas e muros vazados que otimizam a ventilação cruzada e a luz natural.
Integração com a natureza (biofilia)	Jardins terapêuticos e áreas externas seguras, funcionando como espaços de descompressão.	Pátios abertos e integração visual direta entre as salas de aula e as áreas verdes externas.	Cobertura circular integrando o pátio central; visibilidade para solários e espaços ao ar livre.
Escala e acessibilidade	Corredores curvos e fluxos intuitivos para reduzir a ansiedade, promovendo maior senso de localização; espaços de baixo estímulo.	Layout acolhedor, mobiliário flexível e em escala proporcional, incentivando a autonomia e a exploração espacial.	Peitoris rebaixados para a altura das crianças, garantindo permeabilidade visual e respeito à escala.
Gabarito (nº de pavimentos)	Majoritariamente térreo, com setores em dois pavimentos, mantendo escala horizontal.	Dois pavimentos (térreo e superior), com aproveitamento inteligente da topografia.	Pavimento único (térreo), garantindo acessibilidade universal irrestrita e fluidez horizontal.
Acessos e transição	Chegada gradual com zonas de embarque seguras e recuadas da rua principal; recepção atua como filtro de descompressão.	Acesso com permeabilidade visual da rua; rampa e tobogã criam uma “transição lúdica” em que a criança escolhe como percorrer o espaço.	Integrada à praça urbana; transição sutil mediada por áreas de sombra e jardins.

ISSN 2317-1316

Critério analisado	The Pears National Centre	Maple Bear Marília	EMEI Cleide Rosa Auricchio
Organização espacial e conexões	Compartimentado, mas com zoneamento claro (zonas calmas × ativas); corredores largos e curvos atuam como elementos de conexão.	Disposição em "U" no térreo; ambientes se conectam pelo pátio e anfiteatro central, o coração do projeto.	Blocos independentes sob uma única cobertura circular integradora; o "vazio" (pátios cobertos) é o principal elemento conector dos ambientes.

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

A visita técnica à EMEI, porém, evidenciou lacunas que orientam o programa proposto. A escola atende alunos com autismo, mas não dispõe de sala de autorregulação: as crises são manejadas em áreas externas, expostas a estímulos imprevisíveis e sem privacidade. O ruído da rua prejudica as aulas, os banheiros adaptados são insuficientes e as salas dos professores não têm área de descanso. Revela-se, assim, uma tensão entre a permeabilidade que integra a escola à natureza e o isolamento acústico, e uma distância entre o cumprimento formal das normas de acessibilidade e a efetividade do uso cotidiano.

Demanda e terreno. O terreno situa-se na Avenida Dr. Epitácio Pessoa, nº 741, na Ponta da Praia, com 3.654,00 m², e abriga uma edificação desativada que funcionou como clínica-escola de psicologia. O bairro, de ocupação tardia e hoje marcado por verticalização e uso misto, reúne proximidade com a orla e equipamentos de comércio, saúde, ensino e lazer, mas também trânsito intenso, ruído e escassez de estacionamento. O lote está na Zona da Orla, e o uso pretendido enquadra-se na categoria CS1-j (serviços educacionais) da LC 1.187/2022 (Santos, 2022). Com taxa de ocupação de 60% nos quatro primeiros pavimentos, a projeção máxima é de 2.192,40 m²; o coeficiente de aproveitamento básico (4) corresponde a 14.616,00 m² de área computável, e o coeficiente máximo (5), mediante outorga onerosa, a 18.270,00 m²; a permeabilidade mínima de 15% corresponde a 548,10 m²; e o recuo mínimo é de 1,50 m nas divisas laterais e de fundos. O estudo solar indica incidência vespertina na fachada principal, voltada a sudoeste, o que pede proteção solar, e ventos predominantes de leste, favoráveis à ventilação cruzada.

Proposta. O programa de necessidades reúne 77 ambientes em seis setores: Recepção e Apoio às Famílias, Administrativo, Terapias Integradas, Desenvolvimento Pedagógico, Apoio Operacional e Lazer na Área Externa. As áreas de acesso público, controlado e restrito são claramente separadas, e o organograma ordena os ambientes em gradação sensorial, do baixo ao alto estímulo, de modo que o percurso pelo centro seja progressivo e intencional. Os cuidadores também integram o programa, com recepção e espera, cafeteria, biblioteca,

ISSN 2317-1316

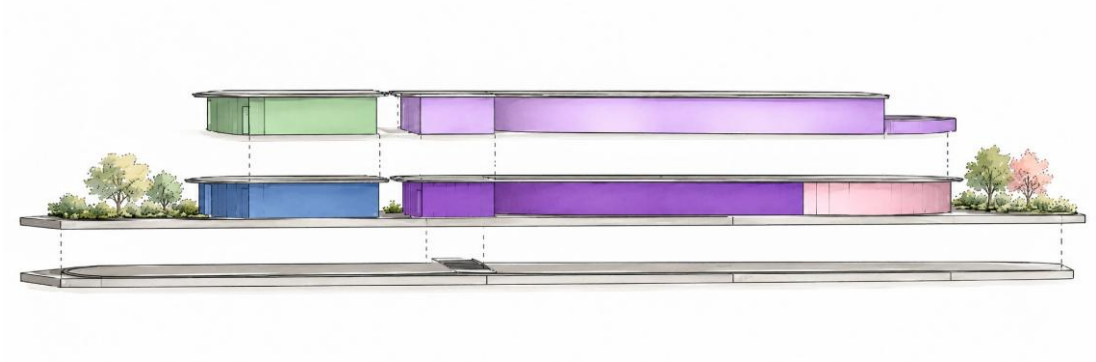
coworking, cobertura-pátio e espaços de respiro. O plano de massas (Figuras 1 e 2) organiza dois volumes semicirculares que abraçam um jardim sensorial e um anfiteatro escalonado multidisciplinar. O primeiro volume, de dois pavimentos, abriga a recepção, a administração e o apoio operacional e faz a transição entre o acesso e os ambientes internos. O segundo, parcialmente em dois pavimentos, concentra os núcleos terapêutico e pedagógico no térreo. No pavimento superior ficam a área destinada aos cuidadores e a cobertura-pátio, voltada ao descanso e ao lazer. Os veículos acessam o edifício pelo subsolo, e o térreo dispõe de área de embarque e desembarque.

Figura 1: Plano de massas em planta baixa.



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Figura 2: Plano de massas em vista isométrica.



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

O conceito do projeto tem a experiência sensorial como elemento estruturador e busca acolher tanto as crianças neurodivergentes quanto seus cuidadores. O partido arquitetônico é composto por dois volumes semicirculares, conectados por um espaço de passagem coberto que articula as edificações e integra os percursos. Essa geometria foi escolhida como alternativa às formas ortogonais tradicionais, em busca de uma organização mais fluida dos ambientes e de

ISSN 2317-1316

percursos intuitivos, que facilitem a orientação dos usuários. As duas edificações têm até dois pavimentos e integram interior e exterior por meio de grandes aberturas, jardins sensoriais e materiais naturais, como madeira e pedra. A orientação das aberturas considera a insolação, em favor do conforto ambiental. Complementando a proposta, o anfiteatro escalonado configura um espaço de convivência em contato com a natureza, destinado a momentos de pausa, recreação e intervalos, além de apresentações em datas comemorativas e atividades pedagógicas.

Discussão. Os resultados dialogam com a hipótese de partida ao evidenciar a importância da previsibilidade espacial, da escala infantil, do controle dos estímulos e do contato com a natureza em ambientes destinados a crianças neurodivergentes. A análise da EMEI também mostrou a necessidade de olhar para as condições oferecidas aos profissionais que trabalham nesses espaços, com problemas como a falta de locais adequados para armazenamento, a copa restrita e a ausência de uma área de descanso. Essa observação contribuiu para o desenvolvimento do Centro, que busca contemplar não apenas as necessidades das crianças, mas também as dos profissionais e cuidadores, por meio de ambientes de apoio, descanso, trabalho e convivência.

Outro aspecto importante foi conciliar as necessidades dos usuários com as exigências de acessibilidade (ABNT, 2020), de segurança contra incêndio (São Paulo, 2018) e de condições sanitárias (São Paulo, 1998). Essas exigências foram consideradas junto às escolhas de materiais, iluminação e organização dos ambientes, de modo a reduzir estímulos desnecessários. A localização do terreno em avenida arterial também é um desafio: embora favoreça o acesso, exige atenção aos estímulos do entorno. Por isso, o projeto propõe diferentes possibilidades de permanência e pausa, com espaços de regulação sensorial no térreo, áreas externas de convivência e contato com a natureza e ambientes de apoio aos cuidadores no pavimento superior.

Como limitação, as diretrizes adotadas se baseiam na literatura e na análise de estudos de caso, e não em medições do desempenho dos ambientes durante o uso. Assim, a avaliação dos aspectos acústicos, lumínicos e térmicos e a escuta das crianças, dos profissionais e dos cuidadores serão importantes para verificar como as soluções propostas respondem às necessidades dos usuários.

ISSN 2317-1316

4 CONCLUSÃO

O estudo reuniu diretrizes de projeto baseadas na neuroarquitetura e as traduziu no pré-projeto do Centro Integrado “Tempo, Espaço e Afeto”: 77 ambientes organizados em gradação sensorial e dois volumes semicirculares que abraçam um jardim sensorial e um anfiteatro escalonado multidisciplinar, com espaços de respiro para os cuidadores. Os resultados, de caráter projetual, mostram como a organização dos espaços pode responder às diferentes necessidades dos usuários: ambientes de regulação sensorial no térreo, salas integradas ao jardim sensorial e ao playground e espaços de trabalho, descanso e convivência para cuidadores e profissionais. Essas soluções buscam tornar o ambiente mais acolhedor e favorecer a participação nas atividades cotidianas, sem pressupor resultados terapêuticos. Como trabalhos futuros, indicam-se o desenvolvimento do anteprojeto, a verificação do desempenho acústico, lumínico e térmico e a avaliação do uso com crianças, famílias e profissionais. Agradece-se ao orientador, Prof. Me. Arq. Daniel Passos Proença, pela orientação, e à equipe da EMEI Cleide Rosa Auricchio, pela receptividade e disponibilidade durante a visita técnica.

5 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Declaração de Uso de IA: Foi utilizada a ferramenta Claude (Anthropic) para a organização, a redação preliminar e a revisão linguística do texto do artigo, a partir do trabalho de conclusão de curso da autora. O conteúdo foi revisado pela autora, que assume total responsabilidade pelo texto final.

6 REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT; 2020.

Baranek GT. Efficacy of sensory and motor interventions for children with autism. J Autism Dev Disord. 2002;32(5):397-422.

Brasil. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União. 28 dez 2012.

Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União. 7 jul 2015.

Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União. 16 jul 1990.

Crízel L. Neuroarquitetura: a neurociência no ambiente construído. Goiânia: IPOG; 2020.

ISSN 2317-1316

De Paula JMB, Guerra LD, Cavalcante MMPD. A praça, a escola e o parque: análise das estratégias projetuais e suas relações com a acessibilidade emocional da EMEI Cleide Rosa Auricchio em São Caetano do Sul-SP. In: Anais do 10º Encontro Nacional sobre Ergonomia do Ambiente Construído e Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral. São Paulo: Blucher; 2024. p. 1330-41.

Donvan J, Zucker C. Outra sintonia: a história do autismo. São Paulo: Companhia das Letras; 2017.

Eberhard JP. Brain landscape: the coexistence of neuroscience and architecture. Oxford: Oxford University Press; 2009.

Fagner Mendes Gava Arquitetos. Escola Maple Bear [Internet]. Marília; 2018 [citado 17 out 2026]. Disponível em: https://www.fagnermendesgava.com.br/escola/maple-bear.html

Goffman E. Manicômios, prisões e conventos. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva; 2001.

Grandin T, Panek R. O cérebro autista: pensando através do espectro. Rio de Janeiro: Record; 2015.

Grandin T. Thinking in pictures. New York: Vintage Books; 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico 2022: pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE; 2023.

Kaplan R, Kaplan S. The experience of nature: a psychological perspective. Cambridge: Cambridge University Press; 1989.

Kellert SR, Heerwagen JH, Mador M, editors. Biophilic design: the theory, science and practice of bringing buildings to life. Hoboken: John Wiley & Sons; 2008.

Lamberts R, Dutra L, Pereira FOR. Eficiência energética na arquitetura. 3ª ed. Rio de Janeiro: Eletrobras/Procel; 2014.

Mace RL. A perspective on universal design. Raleigh: The Center for Universal Design, North Carolina State University; 1998.

Mahnke FH. Color, environment, and human response. New York: John Wiley & Sons; 1996.

Minetto MF, Crepaldi MA, Bigras M, Moreira LC. Práticas educativas e estresse parental de pais de crianças pequenas com desenvolvimento típico e atípico. Educar em Revista. 2012;(43):117-32.

Mostafa M. Architecture for autism: autism ASPECTSS in school design. Int J Archit Res. 2014;8(1):143-58.

ISSN 2317-1316

Organização Mundial da Saúde (OMS). Relatório mundial sobre a deficiência. São Paulo: SEDPcD; 2011.

Pallasmaa J. Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman; 2011.

Penoyre & Prasad. The Pears National Centre for Autism Education [Internet]. Londres; 2008 [citado 17 out 2026]. Disponível em: https://treehouseschool.org.uk/our-school/history

Robertson CE, Baron-Cohen S. Sensory perception in autism. Nat Rev Neurosci. 2017;18(11):671-84.

Santos (SP). Lei Complementar nº 1.025, de 16 de janeiro de 2019. Institui o Código de Edificações do Município de Santos. Santos: Câmara Municipal; 2019.

Santos (SP). Lei Complementar nº 1.187, de 30 de dezembro de 2022. Disciplina o ordenamento do uso e da ocupação do solo na área insular do Município de Santos. Santos: Câmara Municipal; 2022.

São Paulo (Estado). Decreto nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018. Regulamento de Segurança contra Incêndio das edificações e áreas de risco. São Paulo; 2018.

São Paulo (Estado). Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998. Código Sanitário do Estado. São Paulo; 1998.

Singer J. Why can't you be normal for once in your life? In: Corker M, French S, editors. Disability discourse. Buckingham: Open University Press; 1999.

Tola G, Talu V, Congiu T, Bain P, Lindert J. Built environment design and people with autism spectrum disorder (ASD): a scoping review. Int J Environ Res Public Health. 2021;18(6):3203.

Ulrich RS. View through a window may influence recovery from surgery. Science. 1984;224(4647):420-1.

Zaniboni L, Toftum J. Indoor environment perception of people with autism spectrum condition: a scoping review. Build Environ. 2023;243:110545.